

## DEZ ANOS DO PROGRAMA FEDERAL BOLSA-ATLETA: MAPEAMENTO DAS MODALIDADES NÃO-OLÍMPICAS E NÃO-PARALÍMPICAS (2005-2014)

LUZ, Wallinson Ramos Santana da (Educação Física/UFPR)  
SZEREMETA, Thaynara do Prado (Educação Física/UFPR)  
RIBAS, Laura Graf (Educação Física/UFPR)  
ALENCAR, Ester Biss de (Educação Física/UFPR)

Em vigor desde o ano de 2005, o Programa Bolsa-Atleta é mantido pelo Governo Federal com o objetivo de patrocinar atletas de alto rendimento que obtém resultados relevantes em competições nacionais e internacionais. Inicialmente sem distinção entre as modalidades, o Ministério do Esporte estabeleceu em 2011 que a concessão de bolsas para esportes que não fazem parte do programa olímpico ou paralímpico seria limitada a 15% do orçamento anual. Uma vez que o Programa Bolsa-Atleta é uma importante ação para fomentar o esporte no Brasil, inclusive para modalidades não-olímpicas e não-paralímpicas, o objetivo deste estudo é verificar como foi feita a alocação de recursos para estas modalidades através do Programa Bolsa-Atleta entre os anos de 2005 e 2014. A metodologia se caracteriza como uma pesquisa documental e de análise qualitativa. Os dados foram retirados a partir de listas de atletas contemplados divulgadas anualmente pelo Ministério do Esporte e publicadas no Diário Oficial da União (DOU), totalizando um número de 6.484 bolsas concedidas, de 93 modalidades diferentes. Os dados coletados foram organizados em uma planilha do *Microsoft Office Excel* e o tratamento estatístico dos dados se deu por meio de geração de tabelas e gráficos através da ferramenta “tabela dinâmica”. Os resultados mostram que, mesmo sendo retirados do programa olímpico apenas em 2008, o beisebol e o softbol são as modalidades com mais atletas contemplados, com 12,83% do total de concessões. Em relação ao nível das bolsas, a pesquisa mostra que o Bolsa-Atleta prioriza esportistas com resultados a nível internacional em detrimento de atletas de nível nacional. Esta tendência é reforçada pela Resolução nº 32, de 4 de maio de 2011, que passou a priorizar a categoria internacional nas concessões realizadas. Desta forma percebe-se que, mesmo em modalidades que não fazem parte do programa olímpico e paralímpico, há uma preocupação maior com a manutenção de atletas que já atingiram o nível internacional, do que propriamente com a formação e preparação de atletas em longo prazo.

**Palavras-chave:** políticas públicas; bolsa-atleta; financiamento público.